

O LIVRO BRANCO CHINÊS SOBRE TAIWAN E “REUNIFICAÇÃO NA NOVA ERA”

Por Ander Sierra*



Exercícios militares do Exército de Libertação Popular realizados após a viagem de Pelosi a Taiwan (Reuters).

Pequim publicou o terceiro livro branco sobre Taiwan (os anteriores são de 1993 e 2000), reiterando que a ilha é parte da China e reafirmando sua determinação em reunificá-la.

Em 10 de agosto, o Conselho de Estado Chinês publicou um *white paper* (livro branco) intitulado [*The Taiwan Question and China's Reunification in the New Era*](#) (*A Questão de Taiwan e a Reunificação da China na Nova Era*). Embora seja possível que a viagem de Nancy Pelosi a Taipé tenha antecipado a publicação, parece claro que Pequim quis apresentar o documento antes da celebração do 20º Congresso Nacional do Partido Comunista.

Documentos como esse estabelecem a narrativa oficial do regime sobre questões relevantes que envolvem o gigante asiático, definir a direção estratégica que o país deve adotar e consolidar o poder do secretário-geral pela exposição dos sucessos alcançados durante sua liderança. Atualmente, é especialmente relevante, pois Xi Jinping poderá assumir um terceiro mandato como líder máximo na cúpula a ser realizada no final de 2022.

Pequim publicou dois livros brancos anteriores sobre Taiwan, em 1993 e 2000, que refletiam de forma abrangente e sistemática os princípios básicos relacionados a essa questão. Conforme indicado no próprio documento, “este novo (...) é publicado para reiterar o fato de que Taiwan faz parte da China, para demonstrar a determinação do PCC e do povo chinês e seu compromisso com a

reunificação nacional, e para enfatizar a posição e políticas na nova era”. Depois de expor os argumentos históricos, jurisprudenciais e jurídicos que justificam a ideia de que é indiscutível que Taiwan faz parte da China, o documento insiste no empenho dos dirigentes chineses para alcançar a reunificação completa com as ações que deverão ser realizadas para alcançar o objetivo do “grande rejuvenescimento da nação”.

“Sob a liderança do PCC, grandes progressos foram feitos nas relações nas últimas sete décadas, especialmente desde que a rixa entre os dois lados terminou. O aumento dos intercâmbios, a cooperação mais ampla e as interações mais próximas trouxeram benefícios tangíveis para as pessoas do estreito, especialmente para Taiwan. Isso demonstra plenamente que a amizade e a cooperação são mutuamente benéficas.”

“O princípio de uma China representa o consenso universal da comunidade internacional; é compatível com as normas básicas das relações internacionais. Até o momento, 181 países, incluindo os Estados Unidos, estabeleceram relações diplomáticas com a República Popular da China com base no princípio de uma China”.

“A realização da reunificação nacional completa é impulsionada pela história e cultura da nação chinesa e determinada pelo momento e circunstâncias que cercam nosso rejuvenescimento nacional. Nunca antes estivemos tão próximos, confiantes e capazes de alcançar o objetivo do rejuvenescimento nacional.”

Com base nestas premissas, contrariando a “teoria dos dois estados” do Partido Democrático Progressista (DPP, *Democratic Progressive Party*) de Tsai Ing-Wen, Pequim defende, como solução mais inclusiva possível, o princípio “uma China, um país com dois sistemas”, com base no fato de que o continente e a ilha têm suas próprias estruturas sociais e ideologias distintas que precisam ser respeitadas, ao menos no discurso. No entanto, a promessa estabelecida em versões anteriores de “não enviar tropas ou pessoal administrativo” permanentemente para a ilha é eliminada e a autonomia que Taipé poderia manter quando a China conseguir realizar a “reunificação completa” é degradada.

A versão de 1993 assegurava que a ilha seria “diferenciada das demais províncias” pelo fato de poder manter “seus próprios poderes administrativos e legislativos, um judiciário independente” e que teria a possibilidade de dirigir “seu próprio partido, assuntos políticos, militares, econômicos e financeiros”. O livro branco atual apenas afirma que “os países estrangeiros podem continuar a desenvolver relações econômicas e culturais com Taiwan”. O gigante asiático também acusa “forças separatistas” de minar as relações através do Estreito e “conluio” com “forças externas” para “dividir o país”, mas sustenta que aqueles que defendem a reunificação poderão “se beneficiar do desenvolvimento da China”.

“As autoridades do DPP adotaram uma postura separatista e conspiraram com forças externas em sucessivas ações de provocação. Elas se recusam a reconhecer o princípio de uma China e distorcem e negam o Consenso de 1992. Alegam que Taiwan e o continente não deveriam ser subservientes um ao outro e proclamam uma nova teoria de ‘dois estados’.”

“Todos os compatriotas de Taiwan que apoiam a reunificação do país e o rejuvenescimento da nação serão senhores da região, contribuindo e se beneficiando do desenvolvimento da China. Com o apoio de uma pátria poderosa, o povo de Taiwan desfrutará de maior segurança e dignidade e permanecerá alto e sólido como uma rocha na comunidade internacional”.

O livro branco reconhece a importância geoestratégica de Taiwan. O gigante asiático é cercado por uma barreira natural formada por arquipélagos que limitam sua projeção de poder além da primeira cadeia de ilhas, que se estende desde a ilha japonesa de Kyushu até a península da Malásia. Sua localização geográfica é considerada pela elite como uma fraqueza, especialmente quando os Estados Unidos têm forte presença na região graças à assinatura de múltiplos acordos ou alianças militares com Japão, Coreia do Sul, Filipinas, Tailândia e Singapura.



Primeira e segunda cadeia de ilhas (The Economist).

Se a China controlar Taiwan, poderá romper o cerco e estabelecer uma zona de segurança que proteja as áreas costeiras orientais do país em uma possível guerra com Washington. Também são percebidos elementos de identidade construídos em torno do conceito de humilhação nacional: a China se tornou uma grande potência no sistema internacional e tomará todas as medidas necessárias para evitar ser novamente subjugada como aconteceu durante o século da humilhação.

“A reunificação nacional é a única maneira de evitar o risco de Taiwan ser invadida e ocupada novamente por países estrangeiros, frustrar as tentativas de forças externas de conter a China e salvaguardar a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento de nosso país. É o remédio mais eficaz contra as tentativas secessionistas de dividir nosso país e o melhor meio de consolidar o *status* de Taiwan como parte da China e promover o rejuvenescimento nacional.”

A elite política chinesa reitera mais uma vez que não pretende reunificar Taiwan de forma violenta, pelas consequências que uma invasão em larga escala pode acarretar, mas alerta que usará métodos militares se necessário. Dessa forma, a China tenta exercer a dissuasão para evitar que Taipé declare independência de fato ou que países estrangeiros intensifiquem o apoio às autoridades da ilha.

“A reunificação nacional por meios pacíficos é a primeira escolha do PCC e do governo chinês para resolver a questão de Taiwan. Mas não renunciamos ao uso da força e nos reservamos a opção de tomar todas as medidas necessárias. Isso é para nos proteger contra interferências externas e todas as atividades separatistas. Não é de forma alguma dirigido aos nossos compatriotas chineses em Taiwan. O uso da força seria o último recurso tomado em circunstâncias imperiosas. Só seremos forçados a tomar medidas drásticas para responder à provocação de elementos separatistas ou forças externas se eles cruzarem nossas linhas vermelhas.”

Por fim, o documento mostra que Pequim percebe a promoção de valores liberais realizada pelos Estados Unidos como uma ferramenta para defender a primazia ocidental no sistema internacional, interferir nos assuntos internos dos Estados e derrubar regimes com diferentes estruturas políticas. De acordo com a visão do partido, a questão de Taiwan é um assunto interno que envolve seus próprios interesses centrais e, portanto, deve ser resolvido sem tolerar qualquer interferência de outros países. Qualquer ação externa é recebida como uma violação de seus interesses de soberania, segurança e desenvolvimento.

“Por trás das cortinas de fumaça de ‘liberdade, democracia e direitos humanos’ e ‘defender a ordem internacional baseada em regras’, algumas forças anti-China nos EUA distorcem deliberadamente a natureza da questão de Taiwan, que é puramente uma questão interna da China, e buscam negar a legitimidade e justificativa do governo chinês para salvaguardar sua soberania nacional e sua integridade territorial. Isso revela claramente sua intenção de usar Taiwan para conter a China e obstruir a reunificação da China, que deve ser completamente exposta e condenada.”

Publicado em [Descifrando la Guerra](#).

**Ander Sierra é jornalista com mais de cinco anos de experiência na área de comunicação e relações internacionais, com especial interesse na região Ásia-Pacífico e na República Popular da China.*
